



CS_1500104_

Assunto: Proposta de abertura do procedimento de eventual classificação da zona histórica da Vila de Trancoso, União das freguesias de Trancoso (São Pedro e Santa Maria) e Souto Maior, concelho de Trancoso, distrito da Guarda.

Requerente:

N.º Proc.º, 20/09-13-32 (XXIV) **Data** 30.03.2021 **Inf. nº** 449 - DRCC/2021

Servidão Administrativa:

A DIREÇÃO GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL

Concordo. Determino a abertura do procedimento de classificação de âmbito nacional.

A DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO CENTRO

Concordo.

Assinado por: SUZANA MARIA PERES DE
MENEZES
Num. de Identificação: BI098780255
Data: 2021.04.12 12:22:47+01'00'

Carlos dos Santos
Subdiretor-Geral



CARTÃO DE CIDADÃO
•••••

A DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE BENS CULTURAIS

Concordo.

À Consideração Superior.

Assinado por: CÁTIA MARISA GONÇALVES

MARQUES

Num. de Identificação: 115098623

Data: 2021.03.30 14:30:40+01'00'

Certificado por: Diário da República Eletrónico.

Atributos certificados: Diretora de Serviços dos
Bens Culturais - Direção Regional de Cultura do
Centro



CARTÃO DE CIDADÃO
•••••

Tendo em consideração o Projeto de Inovação da Rede das Aldeias Históricas de Portugal, no que concerne à zona histórica da Vila da zona histórica da Vila de Trancoso, União das freguesias de Trancoso (São Pedro e Santa Maria) e Souto Maior, concelho de Trancoso, distrito da Guarda, informa-se V. Ex^ª. que:

1 – No âmbito do Projeto de Inovação da Rede das Aldeias Históricas de Portugal (AHP), foi criado um Grupo de Trabalho (GT) com o intuito de definir os requisitos-base para

RUA OLÍMPIO NICOLAU RUI FERNANDES - 3000-303 COIMBRA - TELEF. 239 701 391 – culturacentro@drcc.gov.pt



N.º Proc.º. 20/09-13-32 (XXIV)

Parecer/ Inf. n.º 449 - DRCC/2021

a valorização das Aldeias Históricas de Portugal, do qual faz parte a Direção Regional de Cultura do Centro (DRCC), representado pelos técnicos signatários.

- 2 – A participação da DRCC neste GT está relacionada com a necessidade de uniformização dos critérios de classificação e de salvaguarda em todas as 12 “aldeias” que fazem parte da supra mencionada Rede, nomeadamente na atribuição e/ou categorização do grau de classificação, na delimitação e/ou redefinição da área classificada ou a classificar, como património cultural, e ainda na tipologia das restrições a aplicar caso a caso.
- 3 – Nesse sentido, foi elaborado pela Rede das AHP um Relatório de macro-caraterização e definição do referencial AHP, com a participação de todas as entidades intervenientes no processo, que servirá de base ao trabalho a desenvolver a diversos níveis.
- 4 – Paralelamente, foi iniciado pelos técnicos da DRCC que fazem parte do referido GT, a averiguação de quais os procedimentos a adotar em cada caso, bem como a deslocações a cada uma das “aldeias”, de forma a verificar a situação em que se encontram, definir limites do edificado que constitui a “aldeia”, e apresentar diferentes propostas de resolução, dependendo das diversas questões encontradas.
- 5 - A 09.12.2020, foi dado início a este processo com a deslocação à Vila de Trancoso. Após reunião com a Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal de Trancoso, em que estiveram igualmente presentes as Senhoras Arq.ª Susana Azevedo e Dr.ª Maria João Gregório, da referida Câmara Municipal, a Senhora Dr.ª Dalila Dias, Coordenadora da Estrutura de Gestão e Coordenação do PROVERE da Rede das AHP, e os técnicos signatários, foi efetuada uma visita a toda a zona histórica da



N.º Proc.º. 20/09-13-32 (XXIV)

Parecer/ Inf. n.º 449 - DRCC/2021

povoação, e foram executados registos fotográficos do aglomerado urbano e da respetiva envolvente. No final, foi realizada nova reunião, estando presente o Senhor Presidente da referida Câmara Municipal, de forma a fazer um balanço da situação e das conclusões técnicas tiradas.

- 6 – O Castelo e Muralhas de Trancoso, também designado por Castelo e cerca urbana de Trancoso, encontram-se classificados como monumento nacional (MN), pelo Decreto nº 7586, DG, I Série, nº 138, de 08.07.1921, e possuem uma zona especial de proteção (ZEP), publicada pela Portaria de 29.10.1955, no DG, II Série, nº 285, de 10.12.1955.
- 7 – O conjunto urbano, constituído pela zona histórica no interior das muralhas e pelo aglomerado fora das muralhas, não se encontra classificado. Encontram-se todavia classificados alguns imóveis, uns localizados no interior das muralhas, como o Pelourinho de Trancoso, também classificado como MN, e outros fora, como a Capela de Santa Luzia, a Igreja de Nossa Senhora da Fresta, o Conjunto de sepulturas escavadas na rocha a noroeste das muralhas de Trancoso, classificados como imóveis de interesse público (IIP).
- 8 – Alguns destes imóveis situados fora das muralhas encontram-se abrangidos pela ZEP fixada, como a Capela de Santa Luzia e o Conjunto de sepulturas escavadas na rocha, mas outros não. Todavia, pelo que foi possível verificar na deslocação técnica efetuada, parece-nos que a referida ZEP deverá ser alvo de uma revisão, aos olhos da recente legislação do património cultural, com verificação dos limites e fixação das restrições previstas pelo artigo 43º do Decreto-Lei nº 309/2009, de 23 de outubro, pelo que estas e outras situações serão atempadamente verificadas e salvaguardadas, em contexto próprio.



N.º Proc.º. 20/09-13-32 (XXIV)

Parecer/ Inf. n.º 449 - DRCC/2021

8 – Relativamente à resenha histórica, arquitetónica e arqueológica do Castelo e Vila de Trancoso, refira-se que:

- 8.1 - O Castelo e a povoação de Trancoso, localizados no topo de um planalto a partir do qual se avista um vasto território entre a Serra da Estrela e o vale do Douro, junto à nascente da ribeira de Trancoso, desempenharam ao longo de toda a Idade Média um lugar estratégico-militar extremamente importante, instalado numa zona de fronteira instável, com constantes conflitos e batalhas, entre cristãos e muçulmanos, e, mais tarde, entre Portugal e os reinos vizinhos de Espanha.
- 8.2 – Rodeados por uma magnífica paisagem, de denso arvoredo, onde correm o rio Távora, o rio Massueime e a ribeira da Teja, à semelhança de algumas das outras aldeias históricas, a proteção, salvaguarda e preservação da envolvente, são um objetivo primordial e partilhado com as entidades responsáveis, atendendo a que possui uma zona especial de proteção (ZEP). Realça-se ainda a proximidade ao Parque Natural da Serra da Estrela, à Zona Especial de Conservação e ao Sítio de Importância Comunitária da Serra da Estrela.
- 8.3 - Relativamente à origem do topónimo Trancoso, têm sido sugeridas diversas possibilidades. Alguns relacionaram este topónimo com *Tarracon*, rei da Etiópia e do Egipto, que aportou na Península Ibérica por volta dos anos 730 a.C., e que teria sido seu fundador. *Tarracon* teria originado *Taracon*, seguindo-se *Tarancoso*, e depois Trancoso. Contudo, esta explicação, gramaticalmente, não tem fundamento, e muitos historiadores não estão de acordo¹. Uma outra hipótese relaciona a palavra *trancoso* com o facto desta surgir como uma expressão brasileira que assim designa histórias ou contos populares². Outros ainda

¹ LEAL, Pinho, *Portugal antigo e moderno, Dicionário ...*, "Trancoso", vol. X, Liv. Ed. Mattos Moreira & Companhia, Lisboa, 1880, página 712.

² De facto, a história de Trancoso contém um grande número de histórias e contos populares, na maioria lendas, sobre diversos acontecimentos da vila e ligado a notáveis figuras históricas, como Gonçalo Vasques Coutinho, Gonçalo Anes Bandarra, humilde sapateiro do século XVI, célebre pelas suas trovas, nas quais se profetizavam os destinos de Portugal, o Magriço e João Tição.



N.º Proc.º. 20/09-13-32 (XXIV)

Parecer/ Inf. n.º 449 - DRCC/2021

relacionam-no com o local geográfico, com grande abundância de arvoredos, ou seja, de troncos, e teria derivado do étimo latino, *truncu(m)*, que terá dado *troncoso*, e depois *Trancoso*.

8.4 – Uma outra questão relaciona-se com o facto de muitos historiadores considerarem que existem dois locais para Trancoso, Trancoso Velho e Trancoso Novo. O primeiro, seria constituído por povoamento disperso, localizado no vale onde ainda hoje existem muitas e variadas quintas, nomeadamente a Quinta da Micha à Velha, onde a tradição oral refere ter nascido Trancoso. Na verdade, localiza-se nesta zona a Igreja de Nossa Senhora da Fresta, hoje inserida no cemitério, que deverá ter sido a primeira igreja matriz de Trancoso. Por outro lado, este local possui um clima mais ameno do que a área onde se situa atualmente Trancoso Novo. Por sua vez, Trancoso Novo terá surgido em redor do castelo, entretanto erguido numa zona mais alta por motivos de defesa.

8.5 – Muito embora a população antiga de Trancoso vivesse essencialmente da agricultura e da pastorícia, rapidamente se transformou num relevante centro mercantil, tanto mais que, a partir de D. Afonso III (1273), aqui se passou a realizar uma das mais antigas e concorridas feiras francas do reino, perpetuada até aos nossos dias pela afamada Feira de São Bartolomeu. Paralelamente, foi berço de uma das maiores comunidades judaicas das Beiras, o que terá contribuído para o crescimento da pequena indústria, muito ligada ao artesanato, e do comércio.

8.6 - Ao longo dos últimos anos, o espaço intramuralhas tem sido objeto de várias intervenções arqueológicas, cujos resultados testemunham, fundamentalmente, uma ocupação medieval/moderna. A propósito, referimos os trabalhos efetuados:

▷ **Trancoso - Museu Judaico (CNS 35135)**

Tendo por base os resultados obtidos na escavação arqueológica, efetuada no âmbito da construção do Museu Judaico (2011), foram identificadas várias fases de construção e períodos de utilização deste espaço, que correspondiam a uma ampla sequência de períodos cronológicos, balizado entre os séculos XI/XII e o



N.º Proc.º. 20/09-13-32 (XXIV)

Parecer/ Inf. n.º 449 - DRCC/2021

século XX. A fase mais antiga corresponde ao momento de enchimento de uma estrutura interpretada como silo/contentor de armazenagem de bens alimentares;

Castelo de Trancoso

Os trabalhos arqueológicos efetuados entre 2006-2016, no âmbito do projeto de Consolidação e Valorização do Castelo de Trancoso, permitiram identificar (i) níveis altomedievais (séculos IX-XII) em quase toda a área escavada, correspondentes à mais antiga ocupação humana do castelo de Trancoso; (ii) nos estratos altomedievais do castelo de Trancoso encontram-se níveis de incêndio e devastação, como o demonstram quer as características dos depósitos de terra (terras cinzentas escuras, com areão, pequenas pedras e grande quantidade de carvões), quer os abundantes artefactos neles recolhidos ligados à atividade bélica (pontas de seta, pontas de lança, punhais, etc.); (iii) nos níveis altomedievais recolhe-se abundante espólio cerâmico constituído por cerâmica de produção local e do mundo cristão, bem como algumas peças de produção islâmica e outras que denotam influências de *al-Andalus*, designadamente cerâmica decorada com pintura a branco sobre superfícies e pastas avermelhadas, de época califal, e vidrados monocromos de cor verde sobre decoração incisa.

8.8 – Efetivamente, os dados arqueológicos são coincidentes com a documentação existente, que faz remontar as origens da construção militar aos primórdios da altimedievalidade, quando este castelo foi doado por D. Chamôa Rodrigues ao Mosteiro de Guimarães em 960, entre outras estruturas militares e civis que possuía na Beira interior. Existia pois ainda antes da constituição da raia, e atesta, juntamente com outros casos, como Longroiva, Moreira ou Numão, a importância do *habitat* fortificado na região beirã, e de como esta faixa de território esteve militarmente organizada logo a partir dos inícios do século X, altura da expansão da esfera civilizacional asturiana-leonesa.

8.9 - Desta primeira época conserva-se uma torre, de planta quadrada, de configuração invulgar semelhante a um tronco-piramidal, em aparelho não-isódomo,



N.º Proc.º. 20/09-13-32 (XXIV)

Parecer/ Inf. n.º 449 - DRCC/2021

posteriormente adaptada a Torre de Menagem, no século XII. Esta torre possui uma porta em arco de ferradura, elemento que confirma a sua cronologia pré-românica, certamente de influência muçulmana.

- 8.10 - A entrada da Beira Interior na posse da coroa portuguesa, já no século XII, face à importância estratégica desta zona na transição para a Baixa Idade Média, perante o reino de Leão, levou a que muitos castelos raianos fossem objeto de reforma, como aconteceu neste caso, uma das mais importantes localidades da região. Em 1160, o castelo foi definitivamente reconquistado por D. Afonso Henriques, que lhe concedeu foral (1162-65), confirmado em 1217. Na época românica, a antiga torre foi então reconvertida a torre de menagem e dotada de uma cintura de muralhas, de configuração oval irregular, visto adaptar-se às condicionantes do terreno, que integra o castelo, junto ao extremo nordeste da muralha.
- 8.11 - Já no século XIII, foi ainda complementada por vários torreões retangulares (dezasseis), permitindo assim o “tiro flanqueado”. Na sequência da consolidação da fronteira pelo Tratado de Alcanices (1297), no reinado de D. Dinis, a fortaleza foi alvo de nova fase construtiva, com obras no castelo, que adquiriu o esquema oval, sendo então o burgo totalmente amuralhado e urbanizado, num dos programas mais completos de urbanismo gótico português. A cerca enquadrava totalmente o casario, e as portas, de que se conservam quatro, as Portas de El-Rei, voltada a **sudoeste**, e as Portas do Prado, a **norte**, estas concebidas como símbolos da autoridade régia e municipal, ostentando respetivamente as armas reais e as da vila, ladeadas por maciças torres, e ainda a Porta do Carvalho ou de João Tição, aberta a **norte**, e as Portas da Traição, também localizadas a **norte**. Possui escadas de acesso às torres e aos muros do circuito adossadas aos espessos muros de granito. O interior das muralhas, alvo do referido programa urbanístico, revela até hoje a amplitude do mesmo, na definição das ruas, paralelas, e nos quarteirões regulares.



N.º Proc.º. 20/09-13-32 (XXIV)

Parecer/ Inf. n.º 449 - DRCC/2021

-
- 8.12 - Existem notícias de novas obras de atualização do sistema defensivo nos séculos XIV e XV, e a fortaleza de Trancoso manteve a sua importância estratégica a nível regional durante as Guerras da Restauração (1640-1668) e as Guerras Peninsulares (1807-1811) (no período das Invasões Francesas, esteve aqui aquartelado o contingente de William Beresford, em 1809).
- 8.13 - Em meados do século XIX, a arruinada Capela de Santa Bárbara, no interior do recinto, foi adaptada a paiol, e foi dado início pela edilidade, ao desmantelamento das muralhas, com vista à utilização de material em obras públicas, como a pavimentação das vias. Por outro lado, generalizou-se o adossar de construções particulares à muralha. O período mais grave de destruição ocorreu na viragem para o século XX, aquando da destruição de algumas portas e torres.
- 8.14 - A partir da década de 30 do século XX foi alvo de um vasto programa restaurador pela Direção-Geral dos Edifícios e Monumento Nacionais (DGEMN), que implicou a reinvenção de alguns troços de muralha e ameias. Nos anos 90 deste mesmo século, foi alvo de intervenções de recuperação de troços de muralha, por parte da Câmara Municipal e entidades competentes.
- 8.15 - Este castelo inseria-se no que foi designado por Castelos da Raia, linha de fortalezas e castelos raianos de ambos os lados da fronteira, de norte para sul, da foz do rio Minho até à foz do rio Guadiana. Na primeira década do século XVI, o rei D. Manuel I enviou o seu escudeiro, Duarte de Armas, percorrer toda a raia de Portugal, desenhando e anotando com precisão o estado dos castelos que a defendiam.
- 8.16 - Efetivamente, a presença da fronteira com o território espanhol, pode explicar a profusão de exemplares medievais de muralhas e torres, mas também a própria disposição geográfica conduziu a tal, pois muitos destes já existiam antes da formação do reino português, como é o caso de Longroiva, Moreira, Trancoso e Numão, cuja existência se atesta para o século X.



N.º Proc.º. 20/09-13-32 (XXIV)

Parecer/ Inf. n.º 449 - DRCC/2021

8.17 - Mais tarde, no final do século XIII, serão englobados no reino português os territórios de Riba Côa, com os castelos de Sabugal, Alfaiates, Vilar Maior, Castelo Bom, Almeida e Castelo Rodrigo, que se juntaram aos de Marialva, Pinhel, Guarda, Sortelha, Ródão, Penha Garcia, Monsanto, Castelo Novo, Belmonte, Celorico da Beira e Penedono, estes mais tardios.

8.18 - Em todo este período, foi nítida a preocupação pela defesa do território por parte dos primeiros reis portugueses, apoiando-se nas estruturas defensivas existentes, até porque a importância da raia da Beira como faixa de relação entre regiões limítrofes (para movimento de mercadorias, gados, etc), contribuía para isso. Os castelos terão um papel de primordial importância no processo de construção das fronteiras medievais, e, como tal, na organização do território da Península Ibérica.

9 - Relativamente ao núcleo urbano que constitui a Vila de Trancoso, a nível da morfologia e estruturação urbana, refira-se que:

9.1 – Atualmente, a povoação subdivide-se em duas zonas:

9.1.1 - O aglomerado urbano cingido ao interior das muralhas;

9.1.2 – O aglomerado urbano fora das muralhas, onde importantes vestígios arqueológicos e medievais comprovam igualmente a ancestralidade do local, entretanto “invadida” por construções de carácter mais recente, na maioria características.

9.2 – Muito embora neste caso de Trancoso não exista cartografia dos anos 90 do século XX, altura da designação das primeiras 10 Aldeias Históricas³, que possa comprovar os limites do que é considerado Aldeia Histórica, na deslocação efetuada foi considerado que a zona fora das muralhas, não obstante a importância do património histórico-cultural aqui existente, não apresenta uma



N.º Proc.º. 20/09-13-32 (XXIV)

Parecer/ Inf. n.º 449 - DRCC/2021

continuidade efetiva com a zona de caráter histórico do interior das muralhas, atendendo à tipologia do edificado, muito recente e inaracterístico, pelo que não será de a englobar na proposta de abertura de procedimento de eventual classificação em instrução.

9.3 – O antigo núcleo urbano está assim delimitado em quase toda a sua extensão, pela imponente muralha erguida no reinado de D. Dinis, e beneficiada no de D. Fernando (1370-1383), sendo coroado pelo castelo, localizado a **nordeste**.

9.4 – Do período medieval conservam-se:

9.4.1 - Por um lado, a estrutura urbana junto ao castelo, com arruamentos sinuosos e perfil reduzido, ruas pavimentadas em pedra de granito aparelhada de forma irregular, e quarteirões irregulares.

9.4.2 – Por outro, o traçado tendencialmente retilíneo das ruas e quarteirões regulares que ladeiam a Rua da Corredoura e a Rua Xavier da Cunha, correspondentes à antiga Rua dos Mercadores, um dos eixos estruturantes do centro urbano, caracterizam a expansão urbana planeada da vila após a ampliação das muralhas por D. Afonso III/D. Dinis, testemunhando uma importante faceta do urbanismo medieval português. Juntamente com o outro eixo, a Rua dos Cavaleiros, ligam as principais portas da muralha, as Portas d’El Rei e as Portas do Prado. Estes eixos são articulados pelo antigo Terreiro de Guimarães (atuais Largo de Santa Maria e Largo Eduardo Cabral), pelo antigo Terreiro de São João (atual Largo do Município) e pelo Largo do Pelourinho e da Igreja de São Pedro, que, nos finais do século XV, se converte no principal espaço público da vila, sendo nele que se vêm a instalar a Casa da Câmara, o Pelourinho, a Misericórdia e o desaparecido convento de Santa Clara.

9.5 – Muito embora os edifícios do antigo burgo amuralhado tenham sofrido reconstruções ao longo do tempo, preservam-se ainda alguns imóveis quinhentistas, ou de raiz

³ No decorrer dos trabalhos então elaborados, foram definidos os limites de cada uma destas “aldeias”. Visto Trancoso, e também Belmonte, terem sido integrados neste núcleo anos mais tarde,

quinhentista, alguns adossados à muralha, mas a maioria apresenta já características dos séculos XVII/XVIII, ou mesmo do XIX e inícios da centúria seguinte. Destaca-se a arquitetura de caráter religioso, nomeadamente as Igrejas Paroquiais de Santa Maria e de São Pedro, ou a Igreja da Misericórdia, mas também de caráter civil, como o Pelourinho, símbolo máximo do poder concelhio, a Casa do Gato Preto, um curioso edifício do antigo bairro judaico, com elementos escultóricos, localizada na Rua Frei João Lucena, a Casa dos Arcos (século XVII), a Casa dos Correios-Mores (século XVIII), junto à Rua da Corredoura, o Palácio Ducal, e ainda alguns solares de estilo barroco. Na Rua do Poço do Mestre, destaca-se o moderno edifício do Centro da Cultura Judaica Isaac Cardoso, e, nas imediações, a Casa do Bandarra, pequena casa de características vernaculares que foi recentemente intervencionada e que funciona como espaço cultural.

9.6 – No que concerne ao aglomerado urbano do exterior do recinto amuralhado, deve referir-se, no entanto, que, a par do edificado moderno e incaracterístico, são de realçar elementos patrimoniais notáveis, que evocam igualmente as raízes medievais de Trancoso. Desde o Conjunto das sepulturas rupestres, a uma série de capelas, como a de Santa Luzia, da transição do românico para o gótico, e da mesma época, a Igreja de Nossa Senhora da Fresta, ou ainda a capela de São Bartolomeu, de características barrocas, ou as do Senhor da Calçada e de Santa Eufémia, do século XVIII, e ainda o antigo Convento dos Frades Franciscanos, alvo de uma intervenção de reabilitação e reutilização como teatro municipal, bem como uma série de interessantes cruzeiros e fontes.

9.7 – Estes elementos estão dispostos ao longo das antigas vias de comunicação, como o caso do acesso em calçada tradicional entre a Porta do Carvalho e a Igreja de Nossa Senhora da Fresta, muitas já existentes na Idade Média, que, partindo da vila se dirigiam para o vale do Douro, a norte, passando por Moreira de Rei ou Marialva, e para a zona da fronteira, a nascente, por Pinhel e Almeida. As zonas de

e face à inexistência de cartografia para estes dois casos, não existe um referencial.

expansão são visíveis então sobretudo a **norte, poente e sudoeste**, invadidas, como já referido, por construções recentes e incaraterísticas, enquanto a **nascente e nordeste** prevalecem terrenos rústicos com ocupação tendencialmente dispersa.

9.8 – Relativamente às características do edificado:

9.8.1 - No interior da muralha predominam as construções em granito de um, dois pisos ou três pisos, mas geralmente de volumetria média, não se registando dissonâncias volumétricas de relevo.

9.8.2 - Verificam-se todavia, a introdução de elementos descaraterizadores, conquanto suscetíveis de serem corrigidos, bem como a presença de edificado expetante, em avançado estado de degradação ou em ruína.

9.8.2 – Na zona exterior da muralha, o edificado é de construção muito mais recente e incaraterística, com exceção de um imóvel de características neoromânticas, localizado a **sudoeste**, coroado de merlões. Encontra-se à venda, e poderá vir a ser sujeito a um projeto de intervenção, que deverá ser devidamente seguido pelos serviços competentes, visto encontrar-se englobado pela ZEP do Castelo e Muralhas de Trancoso.

9.9 – Quanto aos espaços de lazer e zonas de estacionamento e transportes públicos:

9.9.1 - Refira-se a existência de alguns espaços de lazer, como a Praça D. Dinis, o Largo do Pelourinho e o Largo Dr. Eduardo Cabral, com zonas de relvado, mobiliário urbano, quiosques, esplanadas, alguns elementos arbóreos, que deverão ser continuamente intervencionados e renovados, de modo a manter a qualidade necessária e a permitir a sua fruição da melhor forma. Na verdade, considera-se que o mobiliário urbano é pouco uniforme e escasso em grande parte da cidadela, nomeadamente a nível de bancos e papeleiras.

9.9.2 – Quanto aos estacionamentos e transportes públicos, refira-se que a exiguidade dos eixos estruturantes e vias periféricas dificulta a circulação dos veículos, pelo que muitos arruamentos são partilhados, com passeios tendencialmente de dimensões

N.º Proc.º. 20/09-13-32 (XXIV)

Parecer/ Inf. n.º 449 - DRCC/2021

reduzidas, revestidos a lajedo ou calçada de granito, e vias apenas pedonais. Para além do estacionamento regular ao longo das vias, existem algumas bolsas de estacionamento na proximidade dos principais locais públicos. Tratando-se da sede do concelho, encontra-se servida pela rede local de transportes públicos, que estabelece ligações diárias regulares dentro da zona urbana e com as localidades periféricas.

10 – De acordo com o percurso então efetuado, iniciado a **sudoeste**, refira-se:

10.1 – **Portas d’El Rei**, vendo-se as construções que foram adossadas à muralha envolvente, e a envolvente **sudoeste** – zona do **Campo da Feira**, designação atribuída ao espaço entre as Portas d’El Rei e o antigo Convento dos Frades, onde decorrem as feiras e mercados semanais





N.º Proc.º. 20/09-13-32 (XXIV)

Parecer/ Inf. n.º 449 - DRCC/2021

Edifícios do Posto de Turismo e Centro Cultural



Estátuas alusivas ao Rei D. Dinis e à Rainha Santa Isabel⁴ e Capela de São Bartolomeu, pequeno templo barroco de planta hexagonal, edificado em 1776 sobre as ruínas daquela onde se teria realizado o casamento real, vendo-se ainda o **Parque Municipal ao fundo**

⁴ A Rainha Santa Isabel de Aragão, foi recebida em Trancoso por D. Dinis, sendo esta vila o local escolhido pelo rei para a realização do matrimónio, em 1282.

N.º Proc.º. 20/09-13-32 (XXIV)

Parecer/ Inf. n.º 449 - DRCC/2021



Edifício do Mercado municipal de Trancoso

10.2 – O percurso prosseguiu pela **Rua da Corredoura**, um dos principais eixos estruturantes do aglomerado intramuralhas, onde é visível edificado dos séculos XVII/XVIII



Casa dos Arcos (I)



N.º Proc.º. 20/09-13-32 (XXIV)

Parecer/ Inf. n.º 449 - DRCC/2021



Sobretudo nas ruas adjacentes, como a **Rua de São João**, são também visíveis a introdução de elementos descaracterizadores, na maioria suscetíveis de retificação, nomeadamente de cabos elétricos exteriores.

10.3 – O percurso prosseguiu em direção a **norte**, passando pelo **Largo da Roseira**, até ao **Largo do Pelourinho**





N.º Proc.º. 20/09-13-32 (XXIV)

Parecer/ Inf. n.º 449 - DRCC/2021



Largo da Roseira, onde existe o Poço da Roseira, um dos muitos poços públicos que encontramos em Trancoso, símbolos de uma vivência comunitária e marcas da existência de abundância de água nesta zona⁵.

Mais uma vez é visível o mesmo tipo de elementos descaracterizadores, a par de situações já bem resolvidas, nomeadamente a introdução de ecopontos

10.4 – **Largo do Pelourinho**, vendo-se Igreja de São Pedro

⁵ Existem também muitas fontes, a maioria localizada fora das muralhas.



N.º Proc.º. 20/09-13-32 (XXIV)

Parecer/ Inf. n.º 449 - DRCC/2021



Esta igreja, alvo de intervenções no século XVIII, que lhe conferiram características barrocas, possui no interior altares em talha dourada também barrocos, e a pedra tumular da sepultura de Gonçalo Anes Bandarra, o célebre sapateiro e poeta popular do século XVI, autor das trovas que profetizaram o regresso de D. Sebastião.



E Edifício do Quartel da GNR





N.º Proc.º. 20/09-13-32 (XXIV)

Parecer/ Inf. n.º 449 - DRCC/2021

Pelourinho e envolvente, vendo-se Praça D. Dinis ao fundo



O pelourinho, do século XVI, possui fuste oitavado assente em quatro degraus e termina num capitel de remate em gaiola com colunelos e cúpula rematada por esfera armilar sobrepujada por uma cruz de Cristo em ferro.





N.º Proc.º. 20/09-13-32 (XXIV)

Parecer/ Inf. n.º 449 - DRCC/2021

10.5 – Imediatamente a **sul**, situa-se o **Largo Luís de Albuquerque**



Igreja da Misericórdia e edificado da envolvente

Esta igreja terá sido construída no século XVIII, no local onde terá existido a sede da Misericórdia trancosana, instituída no século XV.





N.º Proc.º. 20/09-13-32 (XXIV)

Parecer/ Inf. n.º 449 - DRCC/2021

Salienta-se ainda, a caminho da **Rua da Alegria**, a designada por Casa do Gato Preto⁶, cujo último proprietário terá sido exatamente o Senhor Luís de Albuquerque, em cuja fachada se encontra aposto um Leão de Judá⁷, um dos motivos da decoração da sinagoga judaica, entre outras três figuras, a torre, entrada de Jerusalém, a preguiça, porque a casa era rica, e o pelicano, porque a casa era rica e de si tirava o sustento para os outros⁸.



10.6 – O percurso continuou em direção a **nordeste**, até à **Rua da Alegria**, entre ruas estreitas que delimitam os quarteirões regulares, onde são visíveis já os passadiços ao centro, atendendo às necessidades da acessibilidade nos centros históricos.

Mais uma vez se faz notar a existência de elementos descaracterizadores que têm vindo a ser introduzidos, como as caixilharias de desenho e material desadequados, assim como os gradeamentos, acrescentos não ponderados, as juntas refechadas por argamassa cimentícia, e cabos elétricos exteriores.

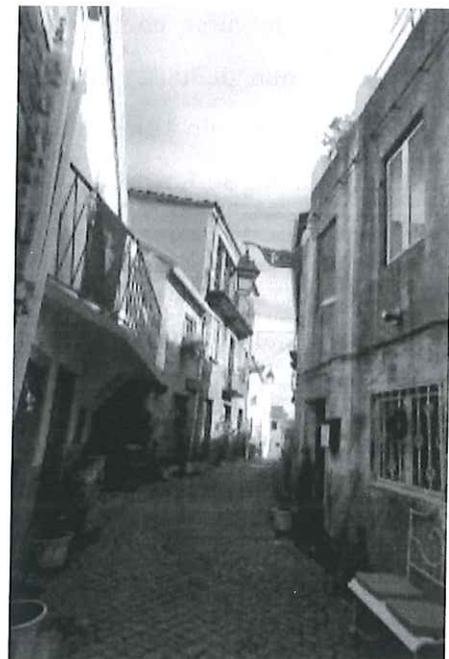
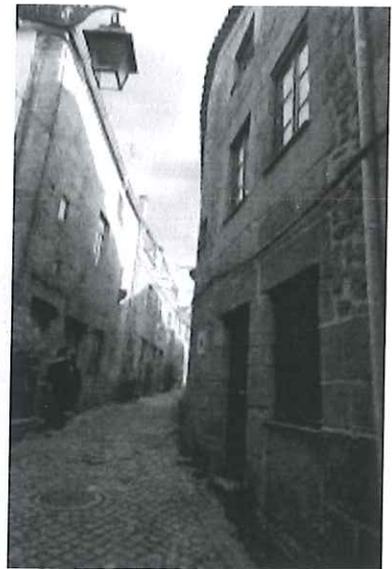
⁶ No interior, encontra-se, acima do primeiro degrau da escada, uma cabeça de gato em madeira, pintada de preto. Gato preto significará a manha e a esperteza dos judeus (Cfr. CAMELO, Amado, *Monografia de Trancoso*, Câmara Municipal de Trancoso, Trancoso, 2003, páginas 352-353).

⁷ Identificado com a terceira tribo de Israel (Cfr. Idem, *ibidem*).



N.º Proc.º. 20/09-13-32 (XXIV)

Parecer/ Inf. n.º 449 - DRCC/2021



⁸ Segundo o referido proprietário, o Senhor Luís de Albuquerque (Cfr. Idem, ibidem).



N.º Proc.º. 20/09-13-32 (XXIV)

Parecer/ Inf. n.º 449 - DRCC/2021

10.7 – Continuando até ao **Largo de D. Afonso Henriques/ Largo do Cruzeiro**, na envolvente do castelo, predomina edificado de características vernaculares e cêrcea mais baixa, não obstante seja também já notória a introdução e elementos descaracterizadores



Cruzeiro

N.º Proc.º. 20/09-13-32 (XXIV)

Parecer/ Inf. n.º 449 - DRCC/2021

10.8 – Castelo e envolvente norte



Porta da Traição



N.º Proc.º. 20/09-13-32 (XXIV)

Parecer/ Inf. n.º 449 - DRCC/2021

10.9 – Envolvente a **norte** e no exterior da muralha



N.º Proc.º. 20/09-13-32 (XXIV)

Parecer/ Inf. n.º 449 - DRCC/2021

10.10 – Casas adossadas à muralha e Porta do Carvalho



10.11 – Entrando novamente pela Porta do Carvalho, dirigimo-nos à **Rua do Magriço**, a norte

